Documento de acompanhamento da Declaração de Glasgow sobre Alimentação e Clima

A Declaração de Glasgow compromete-se a acelerar o desenvolvimento de políticas alimentares integradas como instrumento-chave na luta contra as alterações climáticas; vincular as autoridades locais a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) dos sistemas alimentares urbanos e rurais em conformidade com o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e apelar à ação dos governos nacionais e das instituições internacionais.

Porquê uma abordagem do sistema alimentar em relação ao clima?

Os sistemas alimentares contribuem atualmente para 21 a 37% do total de GEE. São uma das principais causas de degradação ambiental e contribuem significativamente para as desigualdades socioeconómicas e de saúde. Muitos destes desafios podem ser rastreados até aos sistemas industriais alimentares e agrícolas orientados para a produção de grandes volumes direcionados para os mercados globais. Estes sistemas envolvem um largo espectro de modelos agrícolas baseados em monoculturas de grande escala, produção intensiva de gado, utilização de variedades e raças geneticamente uniformes, e utilização intensiva de produtos sintéticos e antibióticos. Por sua vez, os sistemas alimentares são também afetados pelas crises climática e de biodiversidade, que já começaram a perturbar a previsibilidade da produção e a afetar os preços dos alimentos, a fiabilidade da distribuição, bem como a qualidade e segurança alimentar.

Assim sendo, sistemas alimentares sustentáveis a nível global devem ser baseados no acesso a dietas saudáveis e nutrição para todos; na agroecologia e agricultura regenerativa; na economia circular; e no acesso a meios de subsistência justos. Alcançar estes sistemas e dar resposta a estes desafios requer uma abordagem sustentável dos sistemas alimentares que aborde o espectro e a complexidade das interações dos sistemas alimentares. Uma abordagem integrada dos sistemas alimentares fornece um quadro fundamental para identificar, analisar e relacionar as sinergias e compromissos entre as várias respostas às alterações climáticas. Para tal, esta abordagem deve ter em conta o leque de atores e interações envolvidos nos sistemas alimentares, incluindo a produção, transformação, abastecimento, consumo e desperdício de alimentos, reconhecendo ainda as suas profundas interligações com a saúde pública e os fatores socioculturais, económicos, biofísicos e institucionais subjacentes que moldam os nossos sistemas alimentares.

Por conseguinte, uma abordagem integrada de sistema alimentar considera que os diferentes problemas dos sistemas alimentares estão profundamente interligados e reforçam-se mutuamente. Ao conceber e implementar quadros políticos integrados, esta abordagem reconhece o potencial dos sistemas alimentares para gerar impactos positivos e contribuir para integrar a saúde, prosperidade e sustentabilidade nas práticas do diárias. Se os impactos dos sistemas alimentares não forem considerados em conjunto, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas associadas à produção e consumo de alimentos serão provavelmente ineficazes.

Porquê integrar políticas a diferentes níveis e sectores?

As múltiplas políticas que afetam os sistemas alimentares devem ser urgentemente reformadas para enfrentar as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, o aumento das doenças relacionadas com a alimentação, garantir a segurança alimentar e o acesso à alimentação para todos, e assegurar meios de subsistência sustentáveis para as explorações e trabalhadores agrícolas. Para tal, e com o objetivo de acelerar a transição para sistemas alimentares sustentáveis, as ações a implementar devem estar alinhadas e ser transversais às diferentes áreas políticas e níveis de governação.

Na maioria dos países, a responsabilidade pelos sistemas alimentares está dividida entre os vários ministérios, estando os departamentos de agricultura, comércio e indústria, saúde, trabalho e ambiente, a estabelecer agendas baseadas em diferentes prioridades e objetivos conflituantes. Por exemplo, alcançar zero emissões implica a compensação das emissões residuais através de políticas sustentáveis do uso do solo. Contudo, as diferentes necessidades de utilização do solo (tais como a produção de alimentos, a produção de alimentos para animais, de fibras e culturas para a produção de energia, e para o desenvolvimento urbano em resposta ao crescimento das populações) são difíceis de conciliar na ausência de objetivos globais e políticas transversais para os sistemas alimentares. Além disso, as estratégias para reduzir as perdas e desperdícios alimentares poderiam ser significativamente melhoradas através de uma abordagem política integrada, o que permitiria o desenvolvimento de soluções que poderiam simultaneamente abordar deficiências técnicas múltiplas (por exemplo, melhoria nos processos de colheita, embalagem e refrigeração), assim como alterações comportamentais (através da rotulagem e educação, entre outras) e falhas do mercado (por exemplo, através da redistribuição dos excedentes alimentares e redução dos preços dos alimentos com data de expiração iminente).

Existem também inconsistências significativas entre os diferentes níveis de governação. A maioria das inovações no sistema alimentar sustentável ocorre a nível local e regional. Contudo, a falta de reconhecimento, autoridade e apoio dos governos internacionais e nacionais no âmbito das políticas e parcerias locais e regionais do sistema alimentar desencoraja este tipo de experimentação. Por exemplo, a necessidade de coordenação entre níveis de governação já foi reconhecida nas declarações do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão e C40, mas isto não foi acompanhado por compromissos claros dos governos nacionais, nem foi dada atenção suficiente aos sistemas alimentares no âmbito das contribuições determinadas a nível nacional (CND) ao abrigo do Acordo de Paris.

O desenvolvimento de políticas alimentares integradas serviria para corrigir estas deficiências, especialmente através de mecanismos de governação multinível e envolvendo diferentes atores. Contudo, há falta de instrumentos de governação intersectoriais e de definição inclusiva de prioridades, assim como oportunidades para o intercâmbio multinível da partilha de boas práticas e instrumentos de avaliação entre autoridades locais, regionais e nacionais que procuram promover a mudança.

As políticas alimentares mais progressistas têm sido frequentemente construídas através de abordagens participativas e plataformas multiatorais. Políticas alimentares integradas podem ser desenvolvidas através destas abordagens mais democráticas e multisetores, estabelecendo uma visão a longo prazo; estabelecendo objetivos globais para todo o sistema alimentar; reorientando as várias políticas sectoriais que afetam a produção, transformação, distribuição e consumo; baseando-se na experimentação a nível local; e envolvendo todos os atores do sistema alimentar de forma equitativa - incluindo agricultores, jovens, empresários, grupos da sociedade civil e autoridades públicas - para alcançar uma transição sustentável e justa.

Porque é que os atores locais devem ter um papel de liderança?

Uma parte significativa da inovação e mudança nos sistemas alimentares sustentáveis ocorre a nível local e regional. Contudo, a falta de reconhecimento, autoridade e apoio dos governos internacionais e nacionais às políticas e parcerias desenvolvidas pelas cidades e regiões constituem um desincentivo à promoção e ampliação eficaz desta ação fundamental.

As cidades e regiões estão na vanguarda de políticas e estratégias alimentares integradas capazes de impulsionar mudanças positivas no sistema alimentar a nível local. Isto inclui planos de redução de desperdício alimentar; contratos públicos no contexto da alimentação saudável e sustentável para a restauração pública; campanhas públicas para encorajar mudanças de comportamento no âmbito de dietas saudáveis, incluindo a redução do consumo de carne produzida industrialmente e produtos lácteos; a criação de hortas urbanas, parques agrícolas, espaços de ensaio agrícola, centrais alimentares regionais e mercados de agricultores; quadros de apoio para os circuitos curtos de comercialização e economia social e solidária; o fortalecimento de planos de desenvolvimento agroecológico; o planeamento alimentar territorial e urbano integrado; o reforço das ligações urbano-rurais; ou o desenvolvimento de distritos e municípios livres de pesticidas e de OGMs, e biorregiões.